

Nutrição

INSEGURANÇA ALIMENTAR E AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR PELA CLASSIFICAÇÃO NOVA EM ADULTOS ATENDIDOS POR UM BANCO MUNICIPAL DE ALIMENTOS EM MINAS GERAIS

Luiza Graziela de Sena Lopes - 9º módulo do curso de Nutrição, UFLA, PIBIC/ UFLA. Contato: luiza.lopes@estudante.ufla.br

Ana Flávia Abreu Fortunato - 9º módulo do curso de Nutrição, UFLA, PIVIC/ UFLA. Contato: ana.fortunato@estudante.ufla.br

Ana Luiza Araujo Gomes da Costa - 9º módulo do curso de Nutrição, UFLA, PIVIC/ UFLA. Contato: ana.costa16@estudante.ufla.br

Dyovanna Carvalho Botelho - Coorientadora, Pós-graduanda na Pós-graduação em Nutrição e Saúde, UFLA. Contato: dyovanna.botelho@estudante.ufla.br

Maysa Helena de Aguiar Toloni - Professora, Departamento de Nutrição, UFLA. Contato: maysa.toloni@ufla.br

Isabela Coelho de Castro - Orientadora, Departamento de Nutrição, UFLA. Contato: isabela.castro.@ufla.br - Orientador(a)

Resumo

A insegurança alimentar (IA) caracteriza-se pela dificuldade de acesso regular e suficiente a alimentos seguros e nutritivos, afetando especialmente populações vulneráveis. Segundo dados do IBGE, estima-se que cerca de 64,2 milhões de pessoas viviam em domicílios com algum grau de insegurança alimentar em 2023, o que corresponde a 27,6 % dos domicílios brasileiros. Este estudo transversal teve como objetivo caracterizar uma amostra de adultos atendidos pelo Banco Municipal de Alimentos de Lavras (BMAL), Minas Gerais, considerando variáveis sociodemográficas, risco de IA e consumo alimentar segundo a classificação NOVA. Foram executadas análises descritivas, de frequência absoluta e relativa. Além disso, verificou-se a diferença estatística através do teste T de Student para amostra emparelhadas e independentes. Uma amostra parcial, analisada até o momento, foi composta por 20 indivíduos, majoritariamente mulheres (90%), negras (94,7%) com rendimento familiar menor ou igual a um salário mínimo (82,4%). De acordo com a Triagem de Risco de Insegurança Alimentar (TRIA), 95% viviam em lares com risco de IA moderado ou grave. O consumo alimentar foi avaliado por dois recordatórios de 24 horas (R1 e R2), de ingestão energética média de 1847,5 kcal, sendo 54,95% de alimentos in natura ou minimamente processados e 14,5% de ultraprocessados. Não houve diferença significativa entre as médias de R1 e R2. Além disso, não foram observadas associações entre a TRIA e a classificação NOVA no R2, enquanto no R1 a TRIA esteve associada significativamente apenas em medidas percentuais dos grupos “in natura e minimamente processados” ($p= 0,006$) e “ingredientes culinários” ($p=0,031$). Apesar da predominância de alimentos naturais, o consumo expressivo de ultraprocessados evidencia padrões alimentares complexos mesmo em contexto de vulnerabilidade social. Os resultados sugerem que houve maior participação de alimentos “in natura” para o grupo com risco e menor participação de ingredientes culinários para este mesmo grupo, além disso observou-se a coexistência da IA e o agravamento do risco nutricional decorrente da ingestão de ultraprocessados. Desse modo, foi possível concluir a importância de políticas públicas integradas que assegurem o acesso aos alimentos, promovam educação nutricional e incentivem a redução do consumo desses produtos, considerando as especificidades socioeconômicas e culturais da população assistida.

Palavras-Chave: classificação nova, ultraprocessados, consumo.

Sessão: 5

Número pôster: 171

Identificador deste resumo: 5822-19-5671

novembro de 2025

Instituição de Fomento: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FAPEMIG

Link do pitch: https://youtu.be/rDf2v_8ACTQ